

LIDERANÇA DA BANCADA DO PT NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Potencial de Crise Alimentar Interna no ‘Fazendão do Mundo’

Gerson Teixeira
Brasília, em 30/05/2020

Exceto por experiências episódicas, há muito o Brasil abdicou de estratégias consistentes para a promoção do efetivo desenvolvimento do país. Mesmo os debates sobre o tema do desenvolvimento perderam espaço na agenda nacional. Ao que parece nos conformamos com a caracterização de ‘país emergente’!

Tem sido ‘mais fácil’ a duvidosa projeção do Brasil para o status de ‘o grande líder’ do planeta na oferta de algumas commodities agropecuárias, no caso. Afinal, basta a rendição aos interesses da grande exploração agropecuária; a aposta na tradição primário-exportadora do país; e nos cenários promissores de uma forte demanda alimentar mundial, centrada na Ásia, que ademais de superlativa tem a ‘vantagem’ adicional de apresentar-se livre de tensões socioambientais. E isto, sem base regulatória interna capaz de efetivamente mitigar, contornar, reparar ou remunerar os vultosos custos socioambientais e territoriais, e as perdas econômicas implícitas ao projeto.

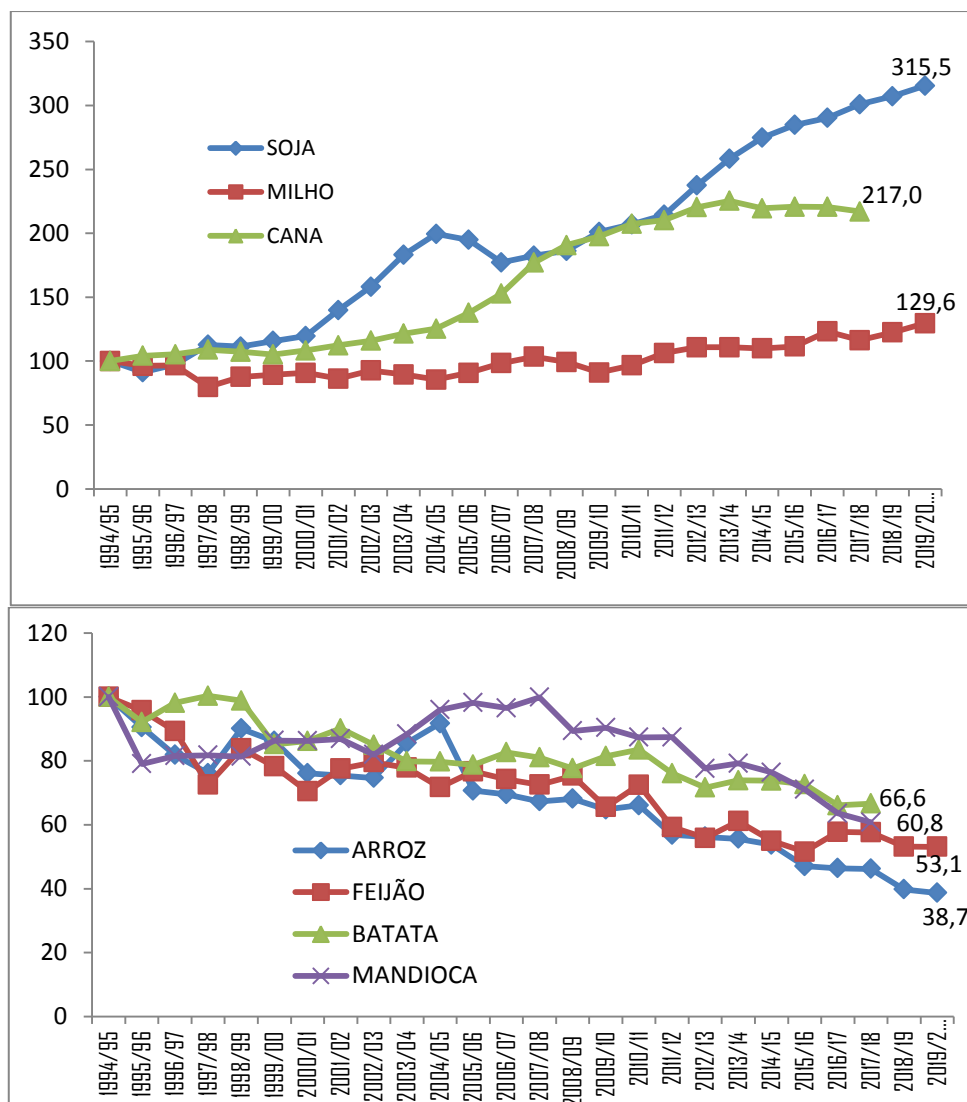
O fato é que a trajetória de desindustrialização do Brasil tem sido acompanhada do avanço da economia do agronegócio sob o controle do capital internacional, com baixa internalização e diversificação de efeitos econômicos no elo industrial desta vasta cadeia que tem na arcaica estrutura de posse da terra e nas mazelas da sua utilização, as dimensões fundantes do projeto.

De 2005 para 2018 as exportações brasileiras do agronegócio saltaram de US\$ 43.5 bilhões, para US\$ 101.4 bilhões, sendo que em 2019 houve um recuo de 4.3% no valor exportado em razão da queda de 6.9% no índice de preços das exportações do agronegócio brasileiro. Ainda assim, o setor aumentou sua participação nas exportações do Brasil, de 42,3% do total em 2018

para 43,2% em 2019. No período de 2005 para 2019, a participação da China nas compras dos produtos do agronegócio do Brasil saltou de 7% para 35%.

Para destacar um dos múltiplos efeitos colaterais dessa duvidosa opção brasileira, em 2019, a área requerida para a produção do volume exportado de soja (90 milhões de toneladas considerado o complexo soja) foi de cerca de 29 milhões de hectares, ou 80% dos 36 milhões de hectares da área plantada com soja na safra. No caso do milho, a área plantada para produzir os 43 milhões exportados equivaleu a 8.2 milhões hectares, ou 46% da área total plantada com milho. Em resumo, para exportar apenas esses dois produtos o Brasil utiliza área equivalente a 51% da área total com lavouras temporárias (73 milhões ha), ou 59% da área total plantada com grãos (63 milhões ha).

Com as prioridades focadas para o setor exportador simultaneamente observa-se a fragilização das estruturas de produção e abastecimento dos alimentos essenciais da dieta básica dos brasileiros. No caso da estrutura produtiva, vimos que a área com lavouras do país passou a ser ocupada preponderantemente com as commodities exportáveis. Para demonstrar o fenômeno em perspectiva, as figuras abaixo apresentam os índices de área plantada de culturas selecionadas no período de 1995 a 2019 (com 1995=100). A primeira figura apresenta o índice para culturas de elevado conteúdo exportador: soja, cana e milho. No caso do milho, trata-se de produto que apenas recentemente passou a ter peso substancial nas exportações. Em 2010 o Brasil exportava 11 milhões de toneladas de milho; em 2019 o país exportou 43 milhões de toneladas passando a assumir a 2ª colocação no ranking mundial, pouco atrás dos EUA. Na 1ª figura, vemos que o índice passou de 100 para 315.5 no caso da soja; para 129.6 no caso do milho; e 217 para a cana. Na figura seguinte, os índices decresceram de 100, para 38.7 no caso do arroz; 53.1 para o feijão; 60.8 para a mandioca; e 66.6 para batata.



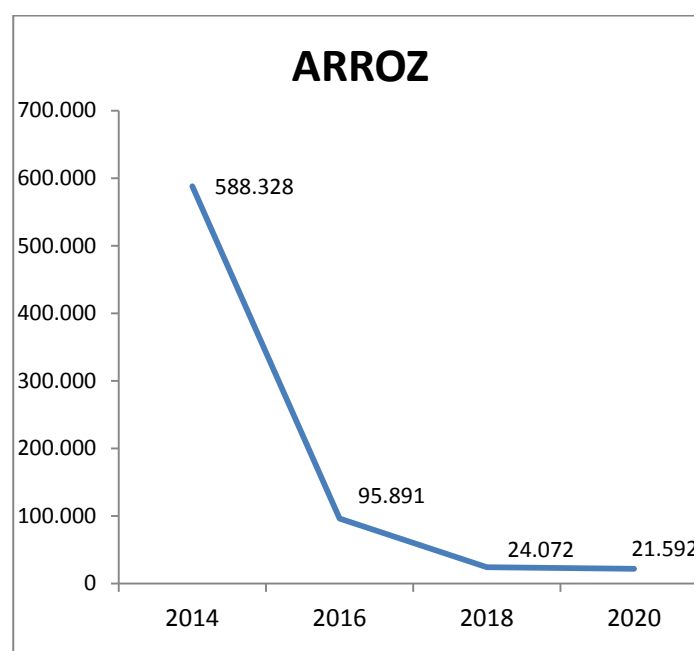
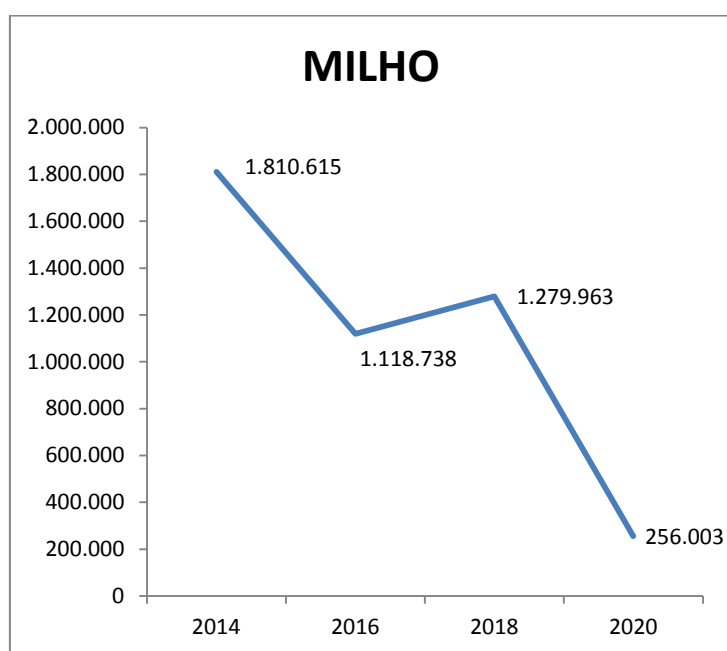
Fontes dos dados: Conab e IBGE – Elaboração própria

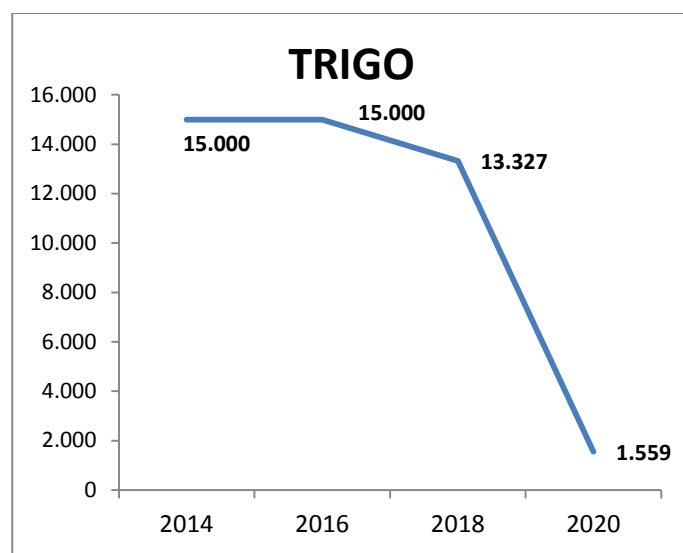
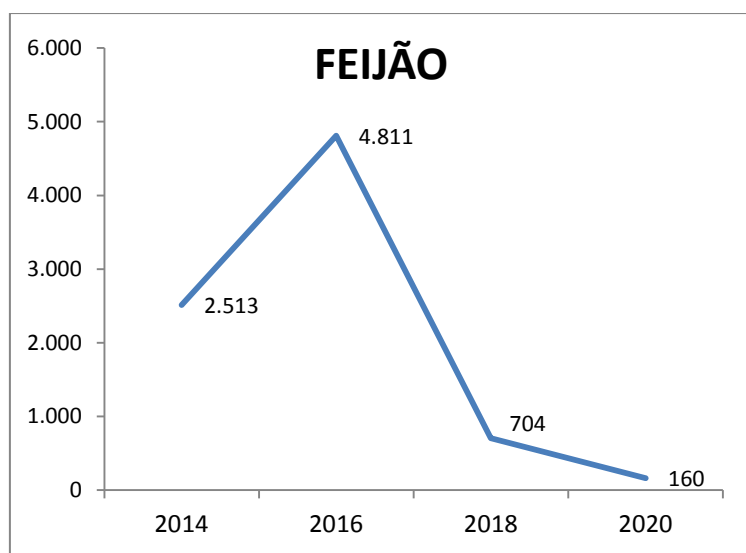
A política de crédito rural oficial (e também a privada) um dos instrumentos indutores dessa realidade, ‘abandonou’ o financiamento da produção dos alimentos mais presentes na culinária brasileira. Para agravar, desde o golpe de 2016 e, em especial, com o atual governo, os estoques públicos de alimentos simplesmente deixaram de ser preocupação por parte do poder público, conforme demonstraremos. Derivado desse quadro, o Brasil experimenta fenômeno de carestia dos alimentos, o qual, por suposto, pune de fora desproporcional as camadas populacionais nas faixas inferiores de renda que são a grande maioria da população brasileira.

Sobre o crédito, Em 2019, dos R\$ 61,8 bilhões das dotações do crédito rural oficial aplicados no custeio das lavouras, 81% foram destinados ao custeio da soja, milho, café e cana, sendo que somente o custeio da soja consumiu 49.2% desses recursos. Especificamente no Pronaf, que deveria estar voltado para a produção de comida, o quadro não é diferente. Em 2019, o custeio da soja consumiu 42% dos R\$ 8.2 bilhões aplicados no custeio das lavouras pelo programa.

Sobre os estoques públicos de alimentos, observe-se na sequência de figuras a seguir, a evolução (2014/2020) do volume médio dos estoques de alimentos estratégicos, no período de janeiro a maio.

Dados em toneladas tendo a CONAB como fonte:





No quadro abaixo, comparamos os estoques médios dos alimentos (jan/mai 2020) com os respectivos níveis do consumo nacional para demonstrar o estado crítico dessa relação, que traduz rigorosamente o abandono de uma política decisiva para a estabilidade dos preços e da garantia da segurança alimentar:

PRODUTO	ESTOQUE PÚBLICO- POSIÇÃO - MÉDIA JAN/MAIO 2020 (TON)	CONSUMO NACIONAL (TON)	CONCLUSÃO SOBRE ESTOQUE EXISTENTE
MILHO	256.576	61.500.000	Estoque suficiente para o equivalente a 1,5 dia do consumo nacional
ARROZ	21.592	10.600.000	Estoque existente não garante "1" dia do consumo nacional
FEIJÃO	160	3.050.000	estoque deveria aumentar 53 vezes para garantir "1" dia de consumo
TRIGO	1.559	12.000.000	estoque existente precisaria

			ser aumentado em 21 vezes para garantir 1 dia do consumo.
FARINHA DE MANDIOCA	196	8.400.000 (SOMENTE NÃO INDUSTRIAL)	estoque deveria aumentar 119 vezes para garantir "1" dia de consumo

Em resumo, mesmo com a demanda alimentar represada por conta da crise econômica, neste momento levada ao extremo pelos efeitos da pandemia, ainda assim, constata-se acentuada vulnerabilidade do abastecimento alimentar que vem se refletindo em processo de inflação da comida que pune ainda mais as populações vulneráveis.

De acordo com o IBGE, no acumulado do período de janeiro/abril do presente ano, o IPCA geral variou 0.22% e o da “alimentação no domicílio”, 3.94%, ou 18 vezes mais que o índice geral. Esse resultado ponderado ‘acoberta’ altas estratosféricas nesse período de alguns alimentos dos mais essenciais da dieta dos brasileiros. Ressalvadas sazonalidades, de janeiro a abril os preços médios da cenoura saltaram 97% (441 vezes maior que o IPCA Geral); os do tomate, 52%; cebola, 49%; batata, 42%; feijão, 23%; banana, 20%, etc.

Portanto, ante o exposto, é realista afirmar que o Brasil somente não experimenta uma grave crise no abastecimento alimentar interno por conta do incremento da pobreza, da miséria, e consequentemente da fome, o que obviamente impacta na redução da demanda alimentar. Qualquer projeto ou iniciativa de recuperação da economia brasileira e, por conseguinte, do emprego e da renda, deve ser acompanhado de medidas robustas pelo ajustamento da oferta alimentar. Para agravar, mesmo as importações de alimentos estratégicos a exemplo do trigo, enfrentam os efeitos do ‘novo câmbio’ e a insensatez política do atual governo que dissemina a beligerância mesmo entre nações aliadas históricas.